# Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	18
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Sendo uma empresa de consume de massa, estamos sujeitos a fatores de ordem macroeconômica que possam reduzir o potencial de compra dos consumidores brasileiros e conseqüentemente nossa capacidade de colocar produtos no Mercado.

Os fatores macroeconômicos mais relevantes, e que já foram detalhados acima são:

- INFLAÇÃO
- POLÍTICA CAMBIAL, MONETÁRIA E TAXA DE JUROS
- LEI TRABALHISTA
- POLÍTICA FISCAL

Estes fatores podem retirar nossa competitividade, em especial aos produtos importados. Hoje, nossos maiores concorrentes são os produtos produzidos na China e que entram no Brasil através da importação direta do varejo ou de importadores.

O aumento da carga tributária nos últimos anos sobre a produção nacional, tem nos obrigado a migrar parte do nosso faturamento para a China, pois a produção no Brasil tem perdido competitividade em função de fatores de macroeconomia, como impostos, cambio e juros.

O nível de crédito no país tem uma grande influencia sobre nossos negócios e conseqüentemente é um fator de risco, caso a política governamental venha a reduzir o crédito no mercado.

Política Cambial: por termos nossos maiores concorrentes os importadores, a taxa cambial é um fator de grande risco para nosso mercado pois caso o real venha a ser apreciado frente ao dólar americano, as importações de brinquedo vão aumentar significativamente, aumentando assim nossa concorrência.

Taxa de juros: a taxa de juros é um fator de risco para a companhia mais do que para o mercado. Como o preço médio do brinquedo nacional é ao redor de R\$ 30,00, em geral os consumidores não dependem de financiamento para poder comprar estes produtos.

Por outro lado, a companhia é uma grande tomadora de recursos de capital de giro de curto prazo e a taxa de juros tem um impacto direto no seu resultado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2

a. riscos para os quais se busca proteção

A companhia tem procurado se proteger através de ações em duas áreas:

- 1) Taxa de cambio: como já explanado anteriormente, a taxa de cambio pode dar um ganho de competitividade aos produtos importados, em comparação com os de produção nacional. Neste sentido, a Companhia vem desenvolvendo fornecedores na China com o objetivo de manter uma flexibilidade entre produzir e importar, dependendo da taxa de juros anual. No setor de brinquedos, as empresas costumam renovar 30% de sua coleção a cada ano. Isto dá a oportunidade de anualmente, dependendo da taxa cambial, da companhia decidir por importar mais ou menos e com isto preservar sua competitividade e sua rentabilidade.
- 2) Taxa de juros: neste caso, a companhia tem procurado administra melhor seu fluxo de caixa, ampliando prazos de pagamentos de seus principais fornecedores, assim como administrar uma política mais rigorosa de estoques de produtos acabados. Também temos procurado estruturar operações de financiamento de longo prazo, para ficar menos vulnerável às oscilações de crédito de curto prazo no mercado.
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

No caso da taxa cambial e taxa de juros, um acompanhamento pela diretoria financeira, sempre em contato com nossos financiadores, para tentar antecipar possíveis oscilações de mercado.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não se aplica

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Não se aplica

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes de risco de Mercado.

10.1 a)

2013	2012	2011

LIQ. GERAL	AC+ARLP		0,35	0,36	0,35
	PC+PELP	Ī			

Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possuir apenas R\$ 0,35 para a quitação (2013).

LIQ. CORRENTE	AC		0,27	0,26	0,26
	DC	İ			

Os índices revelam a curto prazo insuficiência de fundos para o pagamento das obrigações, sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida, há R\$ 0,27 para liquidação.

LIQ. SECA	AC-ESTOQUE		0,20	0,20	0,20
	PC	Ī			

Excluindo o valor dos estoques, nesses índices podem ser avaliados uma menor capacidade de liquidação das obrigações. Seguindo o mesmo conceito, observa-se que faltam recursos para quitação das dívidas.

LIQ. IMEDIATA	DISPONIVEL		0,00	0,04	0,03
	PC	I		İ	

Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações demonstrando portanto, uma baixa capacidade da empresa nos três anos.

GRAU DE ENDIV.	CAP. TERCEIROS		-1,72	-1,77	-1,78
	DI	ĺ	1		1

Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Não há porém, como analisar os índices por eles serem negativos, reflexo do saldo do Patrimônio Liquido.

CAP TERCEIROS S/				
RECURSOS TOTAIS	PC + PELP	239%	230%	228%
	ΑΤ ΤΟΤΑΙ			

Indica a porcentagem de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, onde pode-se verificar que capitais de terceiros compõem grande parte do passivo.

COMPOS. ENDIVID.	PC		78%	77%	74%
	P EXIGIVEL TOTAL	I			

É um importante índice para medir o comprometimento da empresa no curto prazo, tendo a empresa mais de 70% do endividamento no curto prazo, nos três períodos.

PRAZO MEDIO					
ESTOCAGEM	ESTOQUE X 360		120,06	88,78	97,23
	CPV	ĺ			

O índice Prazo Médio de Estocagem corresponde ao tempo médio em dias, ao tempo de produção, estocagem e renovação desse estoque demonstrando então que a empresa necessita em média 102 dias para fazer o giro dos estoques.

PRAZO MEDIO				
RECEBIMENTO	CONTAS RECEBER X 360	106,94	60,35	67,35
	VENDAC ANUTATO			

Este índice expressa o tempo médio, em dias que a empresa necessita para converter seus itens de contas a receber em dinheiro, sendo três meses um tempo relativamente alto.

PRAZO MEDIO					
PAGAMENTO	CONTAS PAGAR X 360		108,52	138,61	167,13
	COMPRAS ANLIAIS	ĺ			

Esse índice mede quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores, e na média dos últimos 3 anos pode-se apurar um tempo de quase 5 meses.

Adicionando às unidades industriais que a Manufatura de Brinquedos Estrela e suas subsidiárias operam, uma delas em Itapira no interior do Estado de São Paulo e a outra em Três Pontas, interior de Minas Gerais, em 2013 a Companhia absorveu as operações industriais da Starcom do Nordeste, empresa com sede no município de Ribeirópolis, Sergipe, e com isto passou a operar com 3 unidades industriais no Brasil. O objetivo é conseguir ter custos mais baixos para produzir e distribuir nossos brinquedos na região Nordeste, cuja qual apresenta o maior potencial de crescimento de mercado nos próximos anos.

Além das unidades industriais no Brasil, nossa Companhia continua a importar produtos acabados e componentes da China para manter a competitividade de custos e aproveitar as oportunidades de baixo custo nos produtos chineses.

**b)** Capital de terceiros → 446.878.305,11

Capital próprio  $\rightarrow$  (259.648.716,62)

Não é possível apresentar índices percentuais de proporção devido ao capital próprio estar negativo.

### i-hipótese de resgate de ações

A Companhia entende que a curto prazo não existe prioridade para o resgate de ações. Esta hipótese só virá a ocorrer, depois de um período de mais de 3 anos de forte de geração de caixa, em que a Companhia, depois de liquidar outras prioridades, como o pagamento do passivo tributário, poderia estruturar uma operação de resgate de ações. Esta hipótese é considerada remota neste momento.

#### ii- fórmula de cálculo

Por considerarmos remota esta possibilidade, não desenvolvemos nenhuma metodologia para que isto aconteça, pois não podemos precisar os valores da ação caso isto venha a ocorrer no futuro.

c) Hoje a Companhia importa de 30 a 40% de seu faturamento, embora isto possibilite a compra de produtos mais baratos, traz uma grande pressão no capital de giro, tendo em vista que nas compras de brinquedos na China, os produtos devem ser pagos antes do embarque, ou seja, de uma forma adiantada. Como a Companhia capta recursos para capital de giro no mercado brasileiro a custos bem mais altos do que no exterior, a importação da China também é um fator de aumento das nossas despesas financeiras. A perspectiva de redução dos juros no Brasil trará um grande impacto no resultado da Companhia para o futuro, independente de estarmos continuamente à procura de alternativas para capitalizar a empresa. Considerando a estrutura de capital e o endividamento atual da empresa, entendemos que a Companhia possui uma situação delicada, pois o valor do passivo circulante supera o ativo circulante.

Consolidado	2013	2012	2011
Ativo Ciculante	93.789.984,62	34.288.485,34	34.053.978,59
Passivo Circulante	347.505.754,44	395.679.598,34	361.064.906,11

**d)** Os empréstimos junto a instituições financeiras destinam-se a capital de giro e como garantia foram concedidas duplicatas a receber, notas promissórias e/ou aval do acionista controlador.

Empréstimos e financiamentos	2013	2012	2011
Curto prazo	62.545.296,09	41.855.667,28	42.462.730,09
Longo prazo	902.777,76	5.833.333,23	8.333.333,25

- **e)** Quando houver a necessidade de captação de recursos o mesmo será realizado junto a instituições financeiras, do mesmo modo que é feito atualmente.
- f) Índice de Endividamento 2,39

					SALDO EM	
	EMPRÉSTIMOS	TIPO DA DÍVIDA (CURTO				
	RELEVANTES	OU LONGO PRAZO)	GARANTIA	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
i)	Conta Garantida	Curto Prazo	100% Duplicatas	6.416.641	13.008.826	17.293.349
	Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Duplicatas + Domicilio Bancário	6.575.942	3.937.034	1.571.824
	Empréstimos Bancários	Curto Prazo	100% Duplicatas + Aval	12.525.500	8.297.365	7.923.753
	Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Aval	2.175.947	2.337.926	2.637.926
	Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Warrant	1.165.000	1.188.200	680.000
ii)	Empréstimos Bancários	Longo Prazo	Aval	6.250.000	9.583.333	11.249.999

- iii) Em eventual concurso de credores seria utilizado o critério estabelecido pela Lei da Falência, com a seguinte ordem dos créditos:
- 1º Créditos trabalhistas
- 2º Créditos com garantia real
- 3º Créditos Tributários
- E demais créditos em especiais fornecedores.
- Seguir essa classificação por ordem de precedência.
- iv) Para os financiamentos adquiridos no período, não houve restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos,

emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos, sendo o crédito proporcional ao risco contemplado de forma desejável.

- g) Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados.
- h) Análises Vertical/Horizontal

ATIVO								
CIRCULANTE	2.013	VERTICAL 2013	HORIZONTAL	2.012	VERTICAL 2012	HORIZONTAL	2.011	VERTICAL 2011
		%	%		%	%		%
Disponivel	759.941,66	0,41	(93,73)	12.116.257,40	7,37	40,68	8.612.814,71	5,73
Contas a Receber Clientes	50.450.996,57	26,98	88,07	26.825.210,67	16,31	(5,62)	28.423.393,46	18,92
Estoques	23.588.296,46	12,62	48,82	15.849.771,17	9,64	10,90	14.291.655,66	9,51
Outras Contas a Receber	18.990.749,93	10,16	(4,36)	19.856.327,15	12,07	51,24	13.128.907,73	8,74
TOTAL DO CIRCULANTE	93.789.984,62	50,16	25,64	74.647.566,39	45,38	15,81	64.456.771,56	
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
REALIZAVEL A LONGO PRAZO								
Depósitos Judiciais	44.842.281,65	23,98	1,92	43.998.137,26	26,75	(5,44)	46.528.526,07	30,97
Impostos a Recuperar	3.370.894,84	1,80	3,52	3.256.303,48	1,98	3,65	3.141.712,12	2,09
Contrato Mútuo	4.925.727,44	2,63	8,03	4.559.604,87	2,77	8,63	4.197.543,45	2,79
Outros Créditos	22.770,29	0,01	-	22.770,29	0,01	-	22.770,29	0,02
Depósito Judicial - Bloqueio	10.542.795,05	5,64		8.386.243,11				
TOTAL REALIZAVEL A L P.	63.704.469,27	34,07	5,78	60.223.059,01	36,61	11,75	53.890.551,93	35,87
<u>PERMANENTE</u>								
		-		0,00	-		0,00	-
INVESTIMENTOS	(845.715,44)	(0,45)		0,00	-		0,00	-
INTANGÍVEL	1.494.751,74	0,80	3,96	1.437.840,32	0,87	4,57	1.374.961,92	0,92
IMOBILIZADO	28.836.550,23	15,42	2,37	28.168.984,29	17,13	(7,69)	30.515.683,35	20,31
TOTAL DO PERMANENTE	29.485.586,53	15,77	(0,41)	29.606.824,61	18,00	(7,16)	31.890.645,27	21,23
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	93.190.055,80	49,84	3,74	89.829.883,62	54,62	4,72	85.781.197,20	57,10
TOTAL DO ATIVO	186.980.040,42	100,00	13,68	164.477.450,01	100,00	9,48	150.237.968,76	100,00

PASSIVO								
<u>CIRCULANTE</u>	2.013	VERTICAL 2013	HORIZONTAL	2.012	VERTICAL 2012	HORIZONTAL	2.011	VERTICAL 2011
		%	%		%	%		%
Financiamentos	62.545.296,09	33,45	49,43	41.855.667,28	25,45	(1,43)	42.462.730,09	28,26
Fornecedores	24.823.368,72	13,28	(10,82)	27.834.045,41	16,92	11,16	25.040.528,33	16,67
Salários e Encargos Sociais	23.777.323,61	12,72	21,23	19.614.052,97	11,93	41,54	13.857.236,36	9,22
Impostos	219.297.605,47	117,28	15,89	189.230.347,11	115,05	18,50	159.683.509,23	106,29
Impostos Parcelados	4.152.913,68	2,22	61,22	2.575.934,61	1,57	(8,14)	2.804.208,28	1,87
Provisões Diversas	6.856.145,62	3,67	5,47	6.500.853,50	3,95	71,23	3.796.500,22	2,53
Demais Contas a Pagar	4.418.636,11	2,36	359,41	961.800,15	0,58	(58,99)	2.345.260,66	1,56
Passivo a des. em controlada	0,00	-	-	-	-	-	0,00	0,00
REFIS	1.634.465,14	0,87	(6,05)	1.739.763,62	1,06	-	2.086.439,85	1,39
TOTAL DO CIRCULANTE	347.505.754,44	185,85	19,70	290.312.464,65	176,51	15,17	252.076.413,02	167,78
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO								
Impostos Parcelados	11.160.198,20	5,97	618,42	1.553.428,58	0,94	-	1.553.428,58	1,03
Impostos Sub-Judice	12.043.811,59	6,44	-	12.043.811,59	7,32	-	12.043.811,59	8,02
Refis	51.218.899,51	27,39	2,79	49.826.266,60	30,29	3,29	48.238.335,50	32,11
Provisão para Contingências	1.629.796,32	0,87	-	1.629.796,32	0,99	8,63	1.500.300,00	1,00
Financiamentos L.P.	902.777,76	0,48	(84,52)	5.833.333,23	3,55	(30,00)	8.333.333,25	5,55
Leasing	0,00	-	(100,00)	15.533,59	0,01	-	38.653,29	0,03
REFIS 2009	15.402.219,18	8,24	(9,23)	16.968.545,94	10,32	(7,68)	18.380.356,42	12,23
IR/CS S/IMOBILIZADO	7.014.848,11		-	-	-	-	-	-
TOTAL EXIG. LONGO PRAZO	99.372.550,67	53,15	13,09	87.870.715,85	53,42	(2,46)	90.088.218,63	59,96
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS								
Participações Minoritárias	(249.548,07)	(0,13)	10,97	(224.873,89)	(0,14)	-	(207.328,74)	(0,14)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital	30.602.187,28	16,37	-	30.602.187,28	18,61	-	30.602.187,28	20,37
Reavaliação de Ativos Próprios	11.989.071,94	6,41	(55,83)	27.143.851,31	16,50	-	27.143.851,31	18,07
Prejuízos Acumulados	(265.854.540,60)	(142,18)	7,73	(246.775.200,37)	(150,04)	22,81	(200.946.839,61)	(133,75)
Resultado do Exercício	(36.385.435,24)	(19,46)	48,81	(24.451.694,82)	(14,87)	(49,60)	(48.518.533,13)	(32,29)
TOTAL DO PATRIM. LÍQUIDO	(259.648.716,62)	· · · ·		(213.480.856,60)	(129,79)	11,35	(191.719.334,15)	` ' '
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	(160.276.165,95)			(125.610.140,75)		23,34	(101.838.444,26)	
TOTAL DO PASSIVO	186.980.040,42	100,00	13,68	164.477.450,01	100,00	9,48	150.237.968,76	100,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
2013 VERTICAL 2013 HORIZONTAL 2012 VERTICAL 2012 HORIZONTAL 2011 VERTICAL 2011								
		%	%		%	%		%
RECEITA DE VENDAS	169.844.041,22	100,00	6,14	160.024.528,52	100,00	5,32	151.935.173,81	100,00
IPI Faturado	(900.383,48)	(0,53)	210,27	(290.194,86)	(0,18)	(89,17)	(2.679.892,37)	(1,76)
Cancelamentos/Devoluções	(7.785.018,74)	(4,58)	118,67	(3.560.109,85)	(2,22)	(40,05)	(5.937.982,12)	(3,91)
RECEITA BRUTA	161.158.639,00	94,89	3,19	156.174.223,81	97,59	8,97	143.317.299,32	94,33
Impostos sobre vendas	(30.174.491,12)	(17,77)	(15,37)	(35.653.020,15)	(22,28)	(4,26)	(37.238.961,87)	(24,51)
RECEITA LÍQUIDA	130.984.147,88	77,12	8,68	120.521.203,66	75,31	13,62	106.078.337,45	69,82
Custo dos Produtos Vendidos	(74.611.069,43)	(43,93)	5,48	(70.731.863,55)	(44,20)	10,05	(64.272.659,06)	(42,30)
LUCRO BRUTO	56.373.078,45	33,19	13,22	49.789.340,11	31,11	19,10	41.805.678,39	27,52
Despesas com Vendas	(25.260.553,01)	(14,87)	2,15	(24.728.994,03)	(15,45)	10,28	(22.424.513,72)	(14,76)
Despesas Administrativas	(25.893.878,54)	(15,25)	15,87	(22.347.645,27)	(13,97)	30,23	(17.160.773,75)	(11,29)
Honorários dos Administradores	(974.272,91)	(0,57)	7,92	(902.791,38)	(0,56)	4,89	(860.713,48)	(0,57)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Financeiras	(37.734.604,99)	(22,22)	32,24	(28.535.682,21)	(17,83)	(32,50)	(42.277.486,15)	(27,83)
Receitas Financeiras	4.916.429,16	2,89	22,77	4.004.636,85	2,50	77,24	2.259.423,96	1,49
Outras Desp.(Rec.) Operac.	(5.609.954,57)	(3,30)	224,17	(1.730.558,89)	(1,08)	(82,45)	(9.860.148,38)	(6,49)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(34.183.756,41)	(20,13)	39,80	(24.451.694,82)	(15,28)	(49,60)	(48.518.533,13)	(31,93)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IR/CSSL	(34.183.756,41)	(20,13)	39,80	(24.451.694,82)	(15,28)	(49,60)	(48.518.533,13)	(31,93)
Provisão p/Imp.Renda/CSSL	(2.201.678,83)	(1,30)	-	-	-	-	-	PAGINA: 9

9 de 26

#### Análise vertical

No ano de 2013 pode-se observar que um total de 26,98% corresponde a contas a receber em geral, em relação ao total do ativo, e 23,98% corresponde a depósitos judiciais. Esses são os dois maiores índices sobre o total do ativo, participação. As demais contas mantem baixa representatividade. Nos anos de 2012 e 2011 há a mesma situação em relação a essas contas. No grupo do passivo os impostos em geral representam com folga o maior percentual sobre o total do passivo, nos três períodos, sendo o total dos impostos a margem de 117,28% em 2013, 115,05% em 2012, e 106,29% em 2011. Essa margem ultrapassa o 100% devido ao patrimônio líquido estar negativo. Seguido dele há financiamentos e depois fornecedores com 33,45% e 13,28% respectivamente em 2013, 25,45% e 16,92% em 2012, e por fim 28,26% e 16,67% em 2011. Na DRE o custo dos produtos vendidos representa, em 2013, 43,93% do total das receitas de vendas. O que em 2012 foi 44,20% e em 2011 42,30%, sendo dessa forma a maior representatividade dentro da DRE. Em segundo momento há os imposto sobre vendas com 17,77%, 22,28%, 24,51% (2013, 2012 e 2011). Há também um alto índice das contas de despesas com vendas (14,87%, 15,45% e 14,76%) e despesas financeiras (22,22%, 17,83% e 27,83%), em relação às receitas de vendas. As demais contas detém um baixo índice em relação às vendas.

#### Análise horizontal

#### Disponível

Houve uma diminuição de (93,73%) no ano de 2012 para 2013. Variação de 40,68% (2012 X 2011), se deve a um aumento nos depósitos em conta corrente, devido ao recebimento de títulos devido ao maior faturamento no 2º semestre.

## Contas à Receber

Variação de 88,07% (2013 X 2012), devido à reclassificação de descontos de duplicatas no balanço patrimonial.

#### **Estoques**

Ocorreu um aumento de 48,82% de 2012 para 2013.

### Outras Contas à Receber

Houve uma diminuição de 4,36% sendo considerado um numero irrelevante.

#### Depósito Judicial

Houve bloqueio judicial de TDA's (Títulos da Dívida Agrária), devido a processos em discussão. A variação entre os anos foi de baixa representatividade.

## Salários e Encargos Sociais

Variação de 41,54% (2012 X 2011) nos Encargos Sociais devido a Atualização Monetária. Aumento de 21,23% para o ano de 2013.

#### **Impostos**

Aumento de 15,89% (2013 X 2012) se deve ao aumento nas Vendas, a Atualização monetária de IPI em atraso de anos anteriores, mais IPI, PIS, COFINS, ICMS e ICMS ST do ano e Correção Monetária. Variação de 18,50% (2012 X 2011) se deve ao aumento nas Vendas.

Impostos Parcelados

PÁGINA: 10 de 26

Aumento de 61,22% (2013 X 2012) devido à inclusão de novos parcelamentos.

#### Provisões Diversas

Em 2013 x 2012 não houve variação significativa.

Variação de 71,23% (2012 X 2011) se deve a um maior investimento em propaganda e consequente aumento nas despesas de Bonificações e Propaganda.

#### Demais Contas à Pagar

Redução de 58,99 (2012 X 2011) se deve à diminuição do Adiantamento de Clientes.

Em 2013 x 2012 houve um aumento de 359,41% relativo a apuração de IRPJ e CSSL, e outros impostos.

#### Financiamento Longo Prazo

Diminuição de 84,52% (2013 X 2012) se deve ao pagamento do Financiamento.

#### Leasing

Conta com saldo finalizado no longo prazo.

## **REFIS 2009 (LP)**

Variação de índice irrelevante.

## Patrimônio Líquido

Ampliação no índice se deve ao aumento no Resultado do Exercício negativo em razão da operação dos anos.

#### IPI

Variação de 210,27% (2013 X 2012), se deve ao aumento na venda de produtos de fabricação própria e (89,17%) (2012 X 2011) se deve ao aumento na venda de produtos revendidos.

#### Devolução

Diminuição de 40,05% (2012 X 2011) se deve a um empenho da Área Comercial em negociação constante com os clientes com o objetivo de diminuir as devoluções. O aumento no índice de 118,67% (2013x2012) se deve a uma crise no mercado após as manifestações de rua que ocorreram em 2013.

#### Custo dos Produtos Vendidos

Não houve variação significante.

#### Despesas Administrativas

Variação de 30,23% (2012 X 2011) se deve a uma reclassificação de despesas para melhor interpretação dos números. Aumento de 15,87% para 2013, tendo como principal causa o reajuste salarial.

## Despesas Financeiras

Diminuição de 32,50% (2012 X 2011) se deve ao esforço da área financeira em negociar captação de recursos pra capital de giro. Em 2013 a variação de 32,24%, se deve a Atualização Monetária de Impostos em atraso.

### Receitas Financeiras

Variação de 77,24% (2012 X 2011) se deve ao fato de ter reconhecido a receita de Juros s/TDA´s do ano anterior (não reconhecida em 2011), mais a receita de Juros s/TDA´s do ano de 2012. A variação de 22,77% em 2013, é referente ao rendimento da Aplicação de conta Garantida.

#### Outras Despesas/Receitas Operacionais

Diminuição de 82,45% (2012 X 2011) se deve ao fato de ter apropriado multa dos impostos de anos anteriores e do ano corrente. O aumento de 224,17% para 2013 se deve aos parcelamentos de impostos em atraso mais correção monetária dos impostos do ano corrente.

PÁGINA: 11 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) O mercado de brinquedos apresentou um comportamento atípico em 2013. O ano começou com um bom desempenho do setor no primeiro semestre, mas não conseguiu manter o ritmo até o final do ano.

A partir das manifestações de rua que ocorreram nas principais cidades brasileiras, sentimos uma redução no consumo e no número de pessoas visitando lojas, o que acabou afetando os negócios da Companhia.

As vendas para o varejo e o consumo para o Dia das Crianças tiveram um aumento esperado em Outubro, mas nos dois últimos meses do ano as vendas foram mais baixas do que no ano passado, fazendo com que o setor tenha tido um baixo crescimento no ano.

O ano começou com uma grande expectativa do setor industrial, pois as medidas adotadas pelo governo federal, de inclusão do setor de brinquedos no projeto de desoneração da folha de pagamento, a redução do custo de energia industrial, aliados à valorização cambial, sinalizavam um cenário bastante promissor. O que não se esperava era um desempenho baixo da economia com um crescimento pequeno do PIB.

Através de uma boa administração da produção, conseguimos ter um aumento do Custo do Produto Vendido de 5%, o que nos possibilitou um aumento do lucro bruto de 13% em relação ao ano passado.

As despesas administrativas passaram de 14% da receita bruta de vendas em 2012 para 16% em 2013, com um aumento de 15,8%. A estrutura tinha sido planejada para um resultado de vendas superior ao alcançado, o que nos levará a fazer ajustes em 2014 para que as despesas administrativas voltem ao percentual de 2012.

Em 2013 a Companhia aderiu a programas de parcelamento de tributos estaduais e federais. Em função disto, fizemos uma atualização nos valores de multas/juros dos valores em aberto, o que resultou em uma piora contábil de R\$ 16 milhões no resultado de 2013. Deste valor, R\$ 12 milhões foram lançados nas despesas financeiras, o que justifica o aumento de 32% em relação ao ano passado. O saldo foi lançado como multas em outras despesas operacionais, refletindo um grande aumento desta despesa em relação a 2012.

Estes valores são os responsáveis pela piora do resultado final da companhia no ano de 2013.

Por outro lado, como temos destacado nos últimos anos, fazendo um calculo do EBITDA operacional, expurgando os efeitos causados pelo alto passivo fiscal da companhia, chegou a um valor em 2013 de R\$ 24,1 milhões, que representa 19% da receita liquida de vendas. A Administração entende que o

PÁGINA: 12 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

resultado operacional da Companhia está mostrando bons resultados e temos desenvolvido negociações para acertar o passivo fiscal da Companhia junto ao Fisco.

## RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO

	2013	2012	2011
VOLUME EXPEDIDO EM PEÇAS ANO	6.864.678,00	8.053.947,00	8.313.429,00
RECEITA LÍQUIDA (em R\$)	121.838.105,09	120.521.204,00	106.078.337,00
RECEITA LÍQUIDA (em R\$/peça)	17,75	14,96	12,76
CUSTO (em R\$)	-68.999.934	-70.731.864	-64.272.659
CUSTO UNITÁRIO (em R\$/peça)	- 10,05	- 8,78	- 7,73
MARGEM BRUTA (em R\$/peça)	7,70	6,18	5,03
MARGEM BRUTA (%)	43%	41%	39%

VARIAÇÕES	2013/2011	2013/2012	2012/2011
RECEITA LÍQUIDA (em R\$/peça) (%)	39,1%	18,6%	17,3%
CUSTO UNITÁRIO (em R\$/peça)	30,0%	14,5%	13,6%
MARGEM BRUTA (%)	53,1%	24,5%	22,9%

b) A valorização cambial em 2013 fez com que as importações de brinquedos da China ficassem abaixo do ano de 2012, mas o mercado acabou não correspondendo. Diante de uma economia com fraco desempenho e um Natal que ficou bem abaixo da expectativa, entendemos que o desempenho da companhia foi bastante positivo com um crescimento de 9% na receita líquida, comparado com o ano de 2012.

PÁGINA: 13 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Não há efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

PÁGINA: 14 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

#### 10.4

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

No ano de 2010, a Companhia emitiu suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – IFRS e BRGAAP. As alterações provocadas pela aplicação dos dispositivos dessas normas foram reconhecidas retroativamente ao balanço inicial (01/01/2009), e aos exercícios encerrados em 2009 e 2010. Em 2011, 2012 e 2013 não houve alteração nas práticas contábeis da empresa.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2011, 2012 e 2013 não houve alteração nas práticas e, portanto não há efeitos.

Com relação ao REFIS, esclarecemos que protocolamos junto a Receita Federal, um pedido de

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

#### 2011

#### Ressalva

informação sobre os valores pagos pela Companhia e o saldo remanescente em aberto. Ocorre que até o momento a Receita Federal não respondeu esse requerimento. Por outro lado, entramos com Ação Declaratória de Anulação, na Justiça Federal de São Paulo, do Ato Administrativo de Exclusão da Companhia do REFIS, cópia anexa, de vez que existe fundamento para reconhecimento da prescrição das dívidas incluídas no REFIS. O valor registrado na contabilidade, relativo ao débito do REFIS, representa a nosso ver, dentro das circunstâncias atuais, a expectativa de provável desembolso, no máximo ao valor mencionado. Dessa forma, entendemos que a Companhia adotou as medidas cabíveis para esclarecer o assunto além do que existem probabilidades de reconhecimento da prescrição desse débito sem necessidade de manutenção da ressalva, atualmente constante no relatório dos Auditores. Os novos fatos apresentados justificam a revisão da avaliação dos direitos em discussão.

#### Ênfase

Com relação à Continuidade da Companhia, ainda apresenta uma insuficiência de recursos próprios para financiar suas atividades, o processo de redução das taxas de juros, observadas no período, e com perspectivas de continuidade, além de uma melhor gestão no seu capital de giro, dão à companhia um cenário bastante positivo de melhora de resultados, em função da possível redução das despesas financeiras operacionais. Levando-se em consideração apenas o resultado operacional de 2011, expurgando-se para esta análise os impactos negativos dos ajustes referentes ao passivo tributário, a companhia apresentou um EBITDA positivo de 17,2%, que consideramos bastante positivo em função do alto grau de competitividade do setor de brinquedos. A Companhia vem a cada ano aprimorando as ferramentas de análises, com isso beneficiando na agilidade de decisões, estratégias e ações à serem tomadas e acredita numa recuperação a longo prazo.

PÁGINA: 15 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

#### 2012

#### Ênfase

Com relação ao REFIS, esclarecemos que protocolamos junto a Receita Federal, um pedido de informação sobre os valores pagos pela Companhia e o saldo remanescente em aberto. Ocorre que até o momento a Receita Federal não respondeu esse requerimento. Por outro lado, entramos com Ação Declaratória de Anulação, na Justica Federal de São Paulo, do Ato Administrativo de Exclusão da Companhia do REFIS, cópia anexa, de vez que existe fundamento para reconhecimento da prescrição das dívidas incluídas no REFIS. O valor registrado na contabilidade, relativo ao débito do REFIS, representa a nosso ver, dentro das circunstâncias atuais, a expectativa de provável desembolso, no máximo ao valor mencionado. Dessa forma, entendemos que a Companhia adotou as medidas cabíveis para esclarecer o assunto além do que existem probabilidades de reconhecimento da prescrição desse débito sem necessidade de manutenção da ressalva, atualmente constante no relatório dos Auditores. Os novos fatos apresentados justificam a revisão da avaliação dos direitos em discussão. Com relação à Continuidade da Companhia, ainda apresenta uma insuficiência de recursos próprios para financiar suas atividades, o processo de redução das taxas de juros, observadas no período, e com perspectivas de continuidade, além de uma melhor gestão no seu capital de giro, dão à companhia um cenário bastante positivo de melhora de resultados, em função da possível redução das despesas financeiras operacionais. Levando-se em consideração apenas o resultado operacional de 2012, expurgando-se para esta análise os impactos negativos dos ajustes referentes ao passivo tributário, a companhia apresentou um EBITDA positivo de 16%, que consideramos bastante positivo em função do alto grau de competitividade do setor de brinquedos. A Companhia vem a cada ano aprimorando as ferramentas de análises, com isso beneficiando na agilidade de decisões, estratégias e ações à serem tomadas e acredita numa recuperação a longo prazo.

#### 2013

#### Ênfase

Com relação ao REFIS, esclarecemos que protocolamos junto a Receita Federal, um pedido de informação sobre os valores pagos pela Companhia e o saldo remanescente em aberto. Ocorre que até o momento a Receita Federal não respondeu esse requerimento. Por outro lado, entramos com Ação Declaratória de Anulação, na Justiça Federal de São Paulo, do Ato Administrativo de Exclusão da Companhia do REFIS, cópia anexa, de vez que existe fundamento para reconhecimento da prescrição das dívidas incluídas no REFIS. O valor registrado na contabilidade, relativo ao débito do REFIS, representa a nosso ver, dentro das circunstâncias atuais, a expectativa de provável desembolso, no máximo ao valor mencionado. Dessa forma, entendemos que a Companhia

PÁGINA: 16 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

adotou as medidas cabíveis para esclarecer o assunto além do que existem probabilidades de reconhecimento da prescrição desse débito sem necessidade de manutenção da ressalva, atualmente constante no relatório dos Auditores. Levando-se em consideração apenas o resultado operacional de 2013, expurgando-se para esta análise os impactos negativos dos ajustes referentes ao passivo tributário, a companhia apresentou um EBITDA de R\$ 23.929.512,25, que consideramos bastante positivo em função do alto grau de competitividade do setor de brinquedos. A Companhia vem a cada ano aprimorando as ferramentas de análises, com isso beneficiando na agilidade de decisões, estratégias e ações à serem tomadas e acredita numa recuperação a longo prazo.

PÁGINA: 17 de 26

#### 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

#### 10.5 Políticas contábeis críticas

A Estrela prepara suas demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que a Estrela adota são aquelas que acredita serem relevantes para determinar sua condição financeira e resultados operacionais.

A aplicação de suas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que sua administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os seus ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Estrela, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das suas estimativas. A Estrela revisa suas estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a administração da Estrela entende serem suas práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Estrela e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Contábeis da Estrela e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Estrela e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

a) Ativo não circulante (investimento em controlada, imobilizado e intangível)

Demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 nos casos aplicáveis e combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Gastos pré-operacionais capitalizados ao imobilizado durante o período de construção e a fase de testes pré-operacionais dos bens, quando aplicável.
- Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº 10. Em atendimento ao parágrafo 54 do
  Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial, a Companhia e sua controlada efetuarão a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

A administração mantém-se conservadora e prefere utilizar o método linear de depreciação, mesmo havendo outras opções para o cálculo podendo resultar diferentes valores. O deságio em coligada possui o mesmo critério, seguindo tabelas sugeridas em lei.

PÁGINA: 18 de 26

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

## b) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de sua controlada, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

É considerada crítica por abordarem causas a serem julgadas, não sendo conhecidas as conclusões das sentenças, podendo os valores serem acordados.

PÁGINA: 19 de 26

#### 10.6

**a)** A Administração acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração das demonstrações financeiras são robustos para assegurar a qualidade, precisão e a confiabilidade, pois seguem normas e padrões estabelecidos pela ISO 9001.

b)

#### 1.1 ELABORAR MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

A Área Comercial possui procedimentos de todas as rotinas, desde a entrada dos pedidos até a efetiva entrega nos clientes, esse procedimento contempla todas as rotinas do departamento, com fluxograma de todas as rotinas, com total controle e registro informatizado de todas as operações, o procedimento da área atende os padrões ISO 9001 – PROC. 3-003. O departamento possui relatórios de gestão, que também são registros da qualidade constantes no nosso procedimento ISO 9001, possuímos inúmeros relatórios de acompanhamento de vendas, metas de performance da equipe, que são disparados diariamente para todo corpo diretivo da empresa. Todas as rotinas e procedimentos sugeridos, a empresa já possui documentada no procedimento 3-003 da ISO 9001, na qual fomos auditados nós últimos 5 anos seguidos pelo institutos de Auditoria Tecpar e Falcão Bauer, na qual não foram evidenciadas nenhuma não conformidade no processo da área comercial, quando citamos a área comercial, incluímos nosso Centro de Distribuição, que também possui procedimento documentado na ISO - Proc. (3-056) e também foi auditado nos últimos anos, sem ter sido evidenciado nenhuma não conformidade.

## 1.2 FORMALIZAR OS PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

Possuímos procedimentos na área comercial de todas as rotinas, desde a entrada dos pedidos até a efetiva entrega nos clientes. Esse procedimento contempla todas as rotinas do departamento, com fluxograma de todas as rotinas, com total controle e registro informatizado de todas as operações, o procedimento da área é o procedimento ISO 9001 – PROC. 3-003. O departamento possui relatórios de gestão, que também são registros da qualidade constantes no nosso procedimento ISO 9001, possuímos inúmeros relatórios de acompanhamento de vendas, metas de performance da equipe, que são disparados diariamente para todo corpo diretivo da empresa. Todas as rotinas e procedimentos solicitados, temos documentado no procedimento 3-003 da ISO 9001, na qual fomos auditados nos últimos 5 anos seguidos pelos institutos de Auditoria Tecpar e Falcão Bauer, na qual não foram evidenciadas nenhuma não conformidade no processo da área comercial, incluindo o Centro de Distribuição, que também possui procedimento documentado na ISO - Proc. (3-056) e também foi auditado nos últimos anos, sem ter sido evidenciada nenhuma não conformidade. As analistas de cobrança são autorizadas a negociar as taxas de 4% a.m. a 5% a.m. com os clientes inadimplentes, 3% a.m. é autorizado pelo supervisor do setor, e abaixo dessa taxa pelo diretor financeiro. Na auditoria realizada em 2013, não fomos questionados sobre esses procedimentos.

## 1.3 APRIMORAR CONTROLES SOBRE CADASTRO E CRÉDITO A CLIENTES

A empresa possui procedimentos e rotinas bem definidas sobre todos os cadastros de clientes da companhia, fichas em formulário próprio, controle, manuseio e arquivo. Os clientes analisados são os principais clientes da companhia, clientes antigos que possuem ficha cadastral com crédito aprovado e histórico de muitos anos de parceria comercial. As fichas de cadastro entram no departamento de vendas, criamos um código no sistema que é amarrado ao grupo de lojas do cliente via sistema, a ficha é analisada e assinada, posteriormente as mesmas são encaminhadas para análise e arquivo no departamento financeiro. Na auditoria de 2013, o setor não foi questionado sobre esses procedimentos e também não foram analisadas a fichas cadastrais de nossos clientes.

## 1.4 DEFINIR UMA POLITICA DE ANÁLISE DE CRÉDITO

Temos uma política de análise de crédito com procedimentos definidos e aprovados pela presidência, sobre os cadastros e liberação de crédito dos clientes, rotinas de análise de crédito, norma com delegação de poderes. As alçadas são autorizadas conforme segue abaixo:

Gerência Operacional de Vendas e Distribuição – aprova até o limite de R\$100.000,00

Gerência Operacional de Vendas e Distribuição + Diretor de Vendas - aprova até R\$500.000,00

Acima desse valor o presidente também tem que aprovar.

A empresa possui convênio com o Serasa, de forma que constantemente os clientes são analisados através do informativo Serasa, além de adotarmos o critério de histórico de pagamento dos clientes, e as melhores práticas do mercado para análise de crédito e liberação dos pedidos. Esse procedimento consta na Norma de Análise de

Crédito. Na auditoria de 2013, o nosso setor não foi questionado sobre esses procedimentos e também não foram analisadas fichas cadastrais de nossos clientes.

#### 1.5 CONTROLE DO CANHOTO DA NOTA FISCAL DE VENDA

A partir de janeiro de 2012, as empresas de transportes passaram a cobrar pela devolução de canhotos, as empresas estipulam um custo unitário que varia de R\$ 1,50 a R\$ 2,50 por canhoto devolvido. Temos implantados com todas as empresas transportadoras a troca eletrônica de dados (EDI), na qual recebemos diariamente informações com as datas de entrega das notas fiscais, e estas são importadas e inseridas em nosso sistema. Há também implantado relatório de gestão, das entregas e performance das empresas de transportes.

No caso da necessidade da apresentação de algum comprovante de entrega de alguma nota fiscal específica, solicitamos as empresas de transportes, canhoto de NF e/ou cópia do CT-e assinado pelo cliente. As empresas são obrigadas a manter o controle e arquivo, e disponibilizar os comprovantes de entrega quando solicitados.

#### 2.1 PREPARAR E APROVAR OS PEDIDOS NO TEMPO ADEQUADO

Todas as ordens de compras são aprovadas em conformidade com os procedimentos definidos no sistema da qualidade, PROC. 3.051, desde a solicitação de compra – processo de cotação e ordem de compra, conforme consta no sistema informatizado da CIA. Este procedimento contempla todas as rotinas do departamento de Compras a qual tem sido auditada pelo Instituto de Auditoria Falcão Bauer e não foi evidenciada nenhuma inobservância do mesmo. Os procedimentos citados no Relatório de Controles Internos existem e são obedecidos na sua totalidade.

## 2.2 EVIDENCIAR CONFERÊNCIA PARA TODAS AS MERCADORIAS RECEBIDAS

O setor Recebimento de Materiais está sob responsabilidade da Gerência de produção a qual segue normas e procedimentos da ISO 9001, que nos últimos anos não teve nenhuma "Não conformidade". Temos a disposição todos os documentos do sistema de qualidade que demonstra claramente o processo de recebimento e conferência. Nossos colaboradores são treinados e orientados a seguir rigorosamente os procedimentos que fazem parte do manual de qualidade. A auditoria não questionou tais análises descritas no Relatório de Controles Internos, caso ocorresse, teríamos apresentado os documentos necessários para atendê-los conforme rege a norma da ISO sobre colaboração com fornecedores internos e externos.

No caso de recebimento de produtos acabados informamos que a empresa tem procedimentos e rotinas bem definidas sobre recebimento de produto acabado no CD, que também faz parte da ISO 9001. Todas as notas são recepcionadas pelo pessoal do recebimento (portaria), após verificação as notas são encaminhadas para o Centro de Distribuição, onde os produtos são descarregados e depois confrontados com a nota fiscal. Posteriormente estando conforme ou não conforme, a rotina segue segundo procedimentos internos.

## 3.1 CHECK LIST DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

A empresa possui um documento para conferir o recebimento dos documentos para admissão.

#### 3.2 PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIAS

Conforme evidenciado no pico de produção faltava apenas 1 deficiente, sendo que por ocasião dos términos dos contratos ficamos dentro da cota com folga. Sempre divulgamos vagas para deficiente para aumento da cota, porém sem sucesso.

#### 3.3 DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Autorização para desconto: temos documentos de autorização para Unimed e para cesta básica com base da Convenção Coletiva de Trabalho, este item foi amparado pelo artigo 462 do CLT que dispõe: "Art. 462 - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de

adiantamentos, de dispositivos de lei ou de **contrato coletivo**." (Grifo nosso). Assim sendo, por se tratar de um desconto previsto em CCT o mesmo é legítimo.

## 3.4 EXAME MÉDICO

Os exames são de responsabilidade da enfermaria em prontuário próprio, ou seja, não ficam no prontuário do RH com os demais documentos.

## 3.5 SOLICITAÇÃO DE ADMISSÃO DE FUNCIONÁRIO

As solicitações de reposição ficam arquivadas em pasta própria, e não foram solicitadas ao responsável para averiguação.

## 3.6 DECLARAÇÃO DE DEPENDETES

A empresa possui declaração de dependentes para efeito de salário-família.

#### 3.7 CONTRATO DE TRABALHO

Os contratos de trabalho dos promotores são enviados para os vendedores responsáveis para recolhimento das assinaturas pertinentes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não há.

# 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não existem quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

# 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não existem quaisquer outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.